

Movimentos pendulares nas relações bilaterais entre Rússia e Estados Unidos

Pendular movement in Russia and United States relations

Elói Martins Senhoras¹

RESUMO

O presente artigo discute os movimentos pendulares das relações bilaterais entre a Rússia e os Estados Unidos da América a partir de uma periodização analítica de longa duração por mais de dois séculos, com destaque aos principais episódios existentes desde o período pós Guerra Fria, até o ano de 2014.

Palavras-chave: Estados Unidos da América; Rússia; Relações Bilaterais

ABSTRACT

This article discusses the pendulum movements of the bilateral relations between Russia and the United States taking for granted a long-term analytical periodization over two centuries that has highlighted the most important episodes since the post Cold War period up to 2014.

Keywords: United States; Russia; Bilateral Relations

A evolução das relações entre a Rússia e os Estados Unidos da América é marcada por um longo ciclo histórico que se estruturou por meio de uma dinâmica pendular de aproximações e distanciamentos que se manifestaram em determinadas periodizações, com tendências, tanto, de cooperação, quanto, de conflito, entre os países, na garantia dos interesses nacionais.

O bicentenário de comemoração das relações diplomáticas entre Rússia e Estados Unidos no ano de 2007 mostrou uma história de longa duração que vem até os dias atuais, sendo marcada por diferentes tendências de cooperação e conflito entre os países, com base em um marco temporal que se iniciou em 1807 e que se desenvolveu por meio de quatro marcos de periodização.

Em um primeiro momento, a década de 1860 caracterizou-se pelo início de uma aproximação entre os países por meio de parcerias comerciais, suporte da Rússia ao

¹ Economista e Cientista Político, especialista, mestre, doutor e pós-doutor em Ciências Jurídicas. Professor universitário em cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, Brasil. O autor agradece à bolsa Pró-Pesquisa/UFRR para o desenvolvimento do presente artigo. Email para contato: eloisenhoras@gmail.com.

governo central dos Estados Unidos durante a Guerra Civil Americana (1861-1865) e compra do território do Alasca pelos Estados Unidos em um contexto de dificuldades financeiras e de potencial perda do território pela Rússia em um eventual conflito promovido pelo Império Britânico que, à época, detinha a posse do Canadá (SOROKIN, 2009).

Ao longo do século XIX, até o primeiro quartil do século XX, surgiu uma clara agenda de aproximação e parceria diplomática nas relações Rússia-Estados Unidos que manifestou a convergência geopolítica dos interesses nacionais nas temáticas da diplomacia econômica comercial e do expansionismo territorial, as quais foram retomadas após a década de 1990, com novos discursos e posicionamentos entre os países, nem sempre comuns.

No caso dos Estados Unidos, o interesse nacional na expansão territorial esteve presente desde a independência do país com a difusão da ideologia do “destino manifesto”, a qual vem até os dias atuais, fundamentada pela diretriz normativa de que os Estados Unidos seriam predestinados a levar seus valores a distintos territórios. Não por acaso, processos de compra territorial, ocupação humana e guerra foram instrumentos pelos quais os Estados Unidos expandiram em sete vezes suas fronteiras originais (treze colônias) em direção ao Sul (México), Sudeste (Caribe) e o Oeste (Pacífico).

No caso da Rússia, que ficou com mais da metade do antigo território soviético no desmonte de 1991, a lógica nacional da expansão territorial esteve sempre intimamente ligada à ocupação dos diversos territórios do antigo Império Russo desde a Revolução Russa de 1918, o que se consolidou em 1922, com a unificação das repúblicas soviéticas da Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Transcaucasiana na conhecida União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a qual expandiu suas áreas de influência em direção à Europa Oriental, Escandinávia e Ásia Central.

Embora a expansão territorial tenha sido um ponto de convergência na agenda dos interesses internacionais, tanto, dos Estados Unidos, quanto, da Rússia, nos séculos XIX e no primeiro quartil do XX, ela manifestou-se em todo o resto do século XX até os dias atuais como uma sistemática tendência de polarização contrária entre os países nas relações internacionais, a fim de anular os efeitos negativos de uma expansão do outro

país em relação aos próprios interesses nacionais, haja vista o crescente espaço multilateral ocupado por eles no pós II Guerra Mundial.

Em um segundo momento, a despeito dos Estados Unidos não reconhecerem as transformações socialistas na Rússia em 1918 e a conformação da União Soviética em 1922, houve cooperação com o fornecimento de assistência humanitária no período de 1921 a 1923, a qual foi intensificada com a entrada dos Estados Unidos na II Guerra Mundial e o consequente fornecimento de suprimento bélico na luta contra a Alemanha Nazista (TSYGANKOV, 2012).

A despeito da formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ter gerado um período de distanciamento entre os países devido às distinções político-ideológicas, foi somente no ano de 1933 que os Estados Unidos, sob a gestão do Presidente Roosevelt, reconheceram a União Soviética e restabeleceram relações diplomáticas a partir de uma política pragmática que visava a receber dívidas prévias a 1922, reativar parcerias comerciais e limitar os interesses do Japão na Ásia.

Infelizmente, o esforço cooperativo e pró-ativo dos Estados Unidos em relação à União Soviética, iniciado em 1933, teve pouco fôlego, já que o pagamento de dívidas e respeito aos direitos humanos não se materializou, sendo o ano de 1939 um momento de significativa inflexão nas relações EUA-URSS, quando os soviéticos assinaram o *Pacto Molotov-Ribbentrop* com a Alemanha nazista após britânicos e franceses rejeitarem estabelecer uma aliança militar com os soviéticos.

Somente no ano de 1941, com a invasão alemã no território soviético, é que as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética, retomadas solidamente em função de uma causa comum e urgente, agora não mais ligada a uma agenda de diplomacia econômica comercial ou de expansão territorial, mas propriamente ligada a uma temática geopolítica de segurança internacional frente ao contexto bélico da II Guerra Mundial.

Após a conclusão da II Guerra Mundial em 1945 as relações EUA-URSS muito rapidamente passaram por tensões, pois, se de um lado, ambos os países, juntamente com França, Reino Unido e China, tornaram-se membros permanentes do Conselho de Segurança da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), por outro lado, os Estados Unidos, a França e o Reino Unido se posicionaram contrários à influencia

soviética na Europa durante a *Conferência de Potsdam*, o que repercutiu na divisão da Alemanha e na gestação das sementes de um padrão de longo conflito nas relações EUA-URSS.

Em um terceiro momento, com o fim da II Guerra Mundial, os dois países antes aliados na guerra, tornaram-se inimigos de uma potencial III Guerra Mundial no período entre 1947 e 1991, com a conformação de uma “cortina de ferro” na Europa, a qual definiu as áreas de influência da União Soviética no leste europeu, bem como, com a difusão de zonas de influência capitalista e socialista no globo sob a liderança destas duas potências, tendo a Guerra da península da Coréia sendo o ponto oficial de surgimento da Guerra Fria.

Em um contexto de deterioração das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética desde 1945, com o fim da II Guerra Mundial, o ano de 1947 é tido como marco oficial de surgimento da Guerra Fria, pois é neste momento que surge uma política de contenção à expansão soviética, por meio do Ato de Segurança Nacional, reorganizando a doutrina e a política externa e de defesa dos Estados Unidos, e da Doutrina Truman, declarando que os Estados Unidos viriam a intervir ou fornecer assistência em termos de *soft* e *hard power* a qualquer nação democrática sob a ameaça de forças autoritárias.

O confronto indireto entre Estados Unidos e União Soviética, como superpotências pela disputa pela ampliação do seu poder e dos espaços de influência no mundo, ficou conhecido como “Guerra Fria” frente à inviabilidade de um confronto direto e aberto de natureza nuclear entre os países, motivo pelo qual é possível identificar diferentes fases evolutivas das relações EUA-URSS e guerras regionais com o apoio de um dos lados (LAFEBER, 1997; HOBBSAWN, 1995).

De um lado, a evolução da Guerra Fria foi marcada por uma periodização em 4 tempos nas relações diplomáticas entre Estados Unidos e União Soviética. Na primeira fase, houve um padrão clássico de Guerra Fria (1947-1953). Na segunda, um padrão de degelo ou de coexistência pacífica (1953-1968). Na terceira fase, registrou-se um padrão de relação entre os dois países que se tornou caracterizado pela distensão da guerra (1968-1979). Na quarta, surgiu uma “segunda Guerra Fria” (1979-1989), marcada por novas hostilidades indiretas entre as potências e pelo esfacelamento da influência soviética.

De outro lado, a despeito de conflitos e crises terem surgido em diferentes continentes em razão da polarização ideológica do mundo, sob influência estadunidense e soviética, os principais conflitos regionais que tiveram repercussão internacional em função do papel ativo das duas superpotências nas alianças regionais podem ser identificados nas quatro fases evolutivas da Guerra Fria por meio das icônicas disputadas da Guerra da Coreia (1950-1953), Guerra do Vietnã (1962-1975) e Guerra do Afeganistão (1979-1989).

Em um quarto momento, com os episódios da queda do muro de Berlim (1989) e do desmoronamento da União Soviética (1991), a Guerra Fria entre os blocos socialista e capitalista chega ao fim, abrindo novas oportunidades bilaterais e multilaterais de cooperação política e econômica por partes dos Estados Unidos e Rússia, porém com a manutenção de resquícios de determinados atritos, oriundos dos dilemas geopolíticos do passado, ou, com a conformação de novos temas contenciosos, em especial a partir da década de 2000, após uma década de retração econômica e política da Rússia em 1990.

No ano de 1992, surgiram as tensões iniciais entre a Rússia, os Estados Unidos e vários países europeus em função de um padrão de insegurança energética derivado de disputas de preço, fornecimento e débitos entre a empresa russa fornecedora, Gazprom, e a empresa Naftohaz Ukrayiny, nos períodos de 1992 a 1994 e de 2005 a 2009, os quais foram caracterizados por *guerras de gás* e repercutiram em recorrentes tensionamentos diplomáticos internacionais, já que 25% do gás natural consumido na União Europeia tem origem russa e 66% dos gasodutos passam por território ucraniano (KELLEY, 2014; BBC, 2009).

Mapa 1 – Principais gasodutos da Rússia à Europa Ocidental



Fonte: Be Futurist (2011). Adaptações próprias.

No ano de 1994, com o envio de tropas russas para a região separatista da Chechênia, importante centro produtor de petróleo, iniciou-se uma linha de tensões nas relações entre Rússia e Estados Unidos, classicamente definida por movimentos separatistas, de maneira que, no caso, o governo americano declarou-se favorável à independência ao longo da 1ª e 2ª Guerra da Chechênia, respectivamente iniciadas em 1994 e 1999.

No ano de 1999, iniciaram-se tensões entre a Rússia e os Estados Unidos relacionadas à expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no Leste Europeu, quando Hungria, Polónia e República Tcheca tornaram-se os primeiros integrantes do extinto Pacto de Varsóvia ao aderirem à nova aliança, o que deu origem a uma onda de outros países, com o ingresso de Albânia, Bulgária, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Letônia, Lituânia e Romênia (DW, 2014).

No ano de 2000, surgiu um forte tensionamento nas relações entre Estados Unidos e Rússia, oriundo do plano do Governo Bush de construir, com o apoio da OTAN, um escudo antimísseis em países da Europa Oriental, o qual tem repercussão até os dias atuais com sistemáticas crises ao longo dos anos, uma vez que, segundo a ótica russa, o

sistema balístico e de radares caracterizam-se como uma significativa ameaça a sua segurança nacional.

No ano de 2007, a bandeira russa colocada sobre o mar congelado do Ártico reaqueceu tradicionais rivalidades entre Rússia e Estados Unidos em relação à exploração dos preciosos recursos do solo marítimo desta região, haja vista que há uma disputa que, *de juri*, deve ser julgada pela Convenção das Nações Unidas de Direito Marítimo, embora, de fato, manifeste-se como uma “corrida” para a exploração do petróleo.

No ano de 2008, os desgastes nas relações entre Washington e Moscou foram oriundos do reconhecimento das regiões da Ossétia do Sul e da Abecásia como repúblicas independentes em relação à Geórgia por parte do governo Russo em contraposição aos Estados Unidos que apoiou a Geórgia, o que repercutiu em uma guerra cujo resultado foi a perda do controle georgiano de 25% dos territórios da Abecásia e 40% da Ossétia do Sul (KAKACHIA, 2008).

No ano de 2013, dois focos de tensão nas relações entre Estados Unidos e Rússia surgiram, tanto, com o apoio da Rússia ao governo Sírio em contraposição à posição americana de ajuda com equipamentos militares aos grupos rebeldes, quanto, com a decisão russa de acolher o ex-espião americano da NSA, Edward Snowden, responsável por divulgar milhares de documentos que comprovam a espionagem dos Estados Unidos em relação a diversos países.

No ano de 2014, o plebiscito de separação da Crimeia em relação à Ucrânia, promovido unilateralmente pela própria província, à contramão da Constituição, criou um tensionamento internacional que relembra os dilemas geopolíticos da época da Guerra Fria, com uma clara polarização entre Europa Ocidental e Estados Unidos, contrários à iniciativa, de um lado, e Rússia, de outro, com franco apoio, ao reconhecer, tanto, a independência, quanto, a anexação da Península da Criméia à própria Rússia.

Os desdobramentos destes padrões conflitivos apontam para uma potencial construção de uma Nova Guerra Fria, uma vez que o aumento da presença política e militar dos Estados Unidos em temas e em regiões de influência da Rússia tende a repercutir prospectivamente em uma agenda declarada para que a Rússia passe a

expandir sua presença militar no “quintal” ou nos interesses estadunidenses por meio de parcerias com Venezuela, Cuba, Nicarágua, Síria e Irã.

Com base nesta periodização de longa duração, é possível observar que a existência temporal de momentos de convergência e distensão nas relações diplomáticas entre Estados Unidos e Rússia manifesta uma tendência estrutural que se enraíza como uma força profunda, o que repercute, claramente, em uma histórica dinâmica permeada por conflito e cooperação, distanciamento e aproximação, tensionamento e reconstrução das relações entre estes países na arena internacional.

Referências Bibliográficas

BBC - British Broadcasting Corporation. “EU reaches gas deal with Ukraine”. *BBC News*, August 1st, 2009. Disponível em: <www.news.bbc.co.uk>. Acesso em 07/06/2014.

BE FUTURIST. “Gás Russo = Poder”. *Blog Be Futurist* [16/10/2011]. Disponível em <www.befuturist.wordpress.com>. Acesso em 07/06/2014.

HOBBSAWN, E.. *Era dos extremos: o breve século XX*. 2^a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAKACHIA, K. K. “A guerra dos cinco dias”. *Revista Relações Internacionais*, n. 20, 2008.

KELLEY, M. B. “Ukraine torn between East and West”. *Business Insider*, March 3rd, 2014. Disponível em <www.businessinsider.com>. Acesso em 02/06/2014.

LAFEBER, W. *America, Russia, and the Cold War, 1945-1996*. 8th edition. New York: McGraw-Hill, 1997.

RIEGERT, B. “Crise na Crimeia ofusca aniversários de expansão da Otan para Leste Europeu”. *Deutsche Welle*, março, 2014. Disponível em: <www.dw.de>. Acesso em 28/05/2014.

SOROKIN, P. *Russia and the United States*. 2nd Edition. New Brunswick: Transaction Publishers, 2009.

TSYGANKOV, A. P. *Russia and the West from Alexander to Putin: Honor in International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.